

FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

O VÍNCULO CONJUGAL E A TERAPIA DE CASAL NA PÓS-MODERNIDADE

Cristina Borges

Orientadora Prof^ª Denise Franco Duque, Esp.

2016



O VÍNCULO CONJUGAL E A TERAPIA DE CASAL NA PÓS-MODERNIDADE

Trabalho apresentado ao Familiare Instituto Sistêmico como requisito parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Terapia Relacional Sistêmica.

CRISTINA BORGES

Profa. DENISE FRANCO DUQUE, ESP.

2016

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi abordar o impacto da pós-modernidade na conjugalidade e problematizar como essas questões reverberam na terapia de casal na clínica sistêmica. São traçadas as características do movimento da era pós-moderna, ressaltando suas relações com a produção de novas formas de subjetividade e de conjugalidade. As mudanças da conjugalidade são compreendidas em suas implicações para a prática da terapia de casal em um enfoque narrativo. O trabalho está embasado em uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos no Scielo, livros da área e de um relato de caso clínico de um casal atendido na clínica do Familiare Instituto Sistêmico.

Palavras-chave: conjugalidade, pós-modernidade, terapia de casal

AGRADECIMENTOS

Aos professores do Familiare Instituto Sistêmico, Denise, Cida e João, que me possibilitaram não somente novos conhecimentos, mas também o compartilhamento generoso de suas experiências, tão significativas à minha formação profissional e pessoal.

À querida Lara De Bruchard Costa, pela sua competência, amizade e apoio a todos nós “filhotes do Familiare”.

Aos meus colegas do Familiare, em especial aos da T11, agradeço pelo convívio, amizade e aprendizado.

Ao meu amado companheiro, Cristiano, pelos incentivos, exemplo e amor.

Aos meus amores, Arthur e Tomás, por serem as luzes nos meus caminhos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. OBJETIVOS	8
2.1. Objetivo Geral	8
2.2. Objetivos Específicos	8
3. METODOLOGIA	9
4. A PÓS-MODERNIDADE	10
4.1. O individualismo na pós-modernidade	12
4.2. A conjugalidade na pós-modernidade	18
5. TERAPIA DE CASAL NA PÓS-MODERNIDADE: UM CASO CLÍNICO	23
5.1 Discussão	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. INTRODUÇÃO

Este estudo busca refletir sobre o impacto da pós-modernidade na conjugalidade e problematizar como essas questões reverberam na terapia de casal na clínica sistêmica.

O processo de construção da família – considerada principal responsável pelo desenvolvimento da infância e da adolescência – e suas transformações frente à sociedade pós-moderna tem desencadeado importantes impactos na formação dos casais e no vínculo conjugal, o que implica novos desafios para uma clínica sistêmica pós-moderna.

A sociedade tem passado, nas últimas décadas, por importantes mudanças nos diferentes contextos sociais: vivemos sob o regime de acumulação flexível de capital (marcado por uma flexibilidade geral que se estende dos processos de produção aos produtos de trabalho e padrões de consumo); vivemos a globalização em suas dimensões socioeconômicas, culturais e tecnológicas. A mutabilidade sob as atuais condições torna este mundo, um mundo de incertezas, que “repercute na linguagem e nos sentimentos, nos edifícios e nos trajes da sociedade atual” (Jameson, 1997: p. 31 apud Siqueira, 2009: p. 3). Tudo isso atrelado à fluidez, à novidade, ao efêmero e ao fugidio passam a ser valorizados e a fazer parte das práticas que se constituem na pós-modernidade.

Concomitante a estas mudanças, observa-se transformações avassaladoras e profundas de valores, de comportamentos e de identidades, que possibilitaram, na pós-modernidade, o surgimento de novos padrões de relacionamentos muito mais efêmeros, frágeis e superficiais.

Inserida neste contexto, a família é também atravessada por novos cenários que demandam novos arranjos na dinâmica familiar e que se traduzem na maneira como os seus membros interagem. O cenário cultural da família na pós-modernidade é composto por identidades contraditórias e por uma pluralidade de centros de poder, o que gera um desafio aos novos arranjos familiares, pois trazem consigo novos processos de adaptação.

Segundo Lino (2009), no âmbito da família pós-moderna estão sendo estabelecidas novas relações como o relaxamento do comportamento dos cônjuges, o deslocamento da importância do grupo familiar para a importância de seus membros, a ideia de que o amor constitui uma condição para a permanência da conjugalidade e a substituição de uma educação conservadora, modeladora e corretiva das crianças, por uma prática pedagógica de negociação. É a plasticidade que permeia a sociedade pós-moderna e que incide sobre as novas relações sociais e familiares.

Em face do exposto e acompanhando o impacto das transformações socioeconômicas e culturais sobre a família, a terapia familiar sistêmica deve sair do discurso da modernidade e entrar no discurso pós-moderno. Por isso, como trabalho de conclusão do curso, escolhi falar sobre a conjugalidade pós-moderna, tendo como base o atendimento de um casal, na clínica escola do Familiare Instituto Sistêmico, a fim de verificar como, no âmbito de um processo terapêutico, essas mudanças têm efetivamente reverberado.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender como a pós-modernidade afeta a conjugalidade e a terapia de casal.

2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Descrever o contexto da pós-modernidade;
- Analisar a conjugalidade no contexto da pós-modernidade;
- Identificar em quais aspectos a compreensão do contexto da pós-modernidade pelo terapeuta pode colaborar no processo terapêutico dos casais.

3. METODOLOGIA

Neste trabalho a opção foi pelo o método clínico. Huber (1993, apud Aguiar, 2001), ao discorrer sobre método em psicologia clínica, distingue os métodos de pesquisa, que permitem constituir o corpo de saber da disciplina, daqueles que viabilizam a aplicação desse saber no nível do diagnóstico e da intervenção – evidenciando assim que a intervenção clínica em psicologia, como em toda ciência genuinamente aplicada, faz-se em dois tempos distintos.

No primeiro caso, como *métodos de pesquisa* em psicologia clínica, ele cita principalmente: 1) o estudo de caso, 2) o estudo correlacional, 3) o estudo normativo, 4) a experimentação, 5) as estatísticas e os planos experimentais.

Segundo Diniz (2011), o método clínico é o que permite o envolvimento do/a pesquisador/a com seu objeto de pesquisa e que não está inicialmente pronto, e tem uma aproximação com o que faz o clínico, aquele que se “debruça sobre o paciente”. Ainda de acordo com a autora, o método clínico é definido como um método que permite a abordagem do outro, nas relações interindividuais e nas relações sociais. E também uma *démarche* ativa de pesquisa e de intervenção, que considera os valores e as posições subjetivas no trabalho científico, além de permitir explicitar a relação do sujeito com o saber.

4. A PÓS-MODERNIDADE

O período contemporâneo, que se inicia na década de 1960 até os dias atuais, recebe diversas designações, tais como “Modernidade Tardia” (HALL, 2003), “Modernidade Avançada” e “Segunda Modernidade” (SINGLY, 2003) “Modernidade Líquida” (BAUMAM, 2004), e Pós-Modernidade (LIPOVETSKY, 1983; GIDDENS, 1991; KUMAR, 1997; CHAVES, 2004). Segundo Hall (1993) se compreende a década de 1960 como o marco inaugural da pós-modernidade com o advento do movimento feminista, das revoltas estudantis, dos movimentos juvenis contraculturais, das lutas pelos direitos civis e dos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo. Bauman (2004) distingue a modernidade em dois períodos: A Modernidade Sólida e a Modernidade Líquida. Neste trabalho, adota-se o termo modernidade para se referir ao primeiro e pós-modernidade para o segundo período.

Ao abordar o termo pós-modernidade, torna-se inevitável o questionamento sobre a modernidade e as suas principais influências sobre esse tema. Assim, destaca-se que não há uma divisão concreta entre esses dois conceitos e sim, uma complementação, de modo que se encontram diretamente ligados. Em outras palavras, o que caracteriza a pós-modernidade vem de atributos anteriores, de situações que foram modificadas tanto na estrutura familiar, econômica, política, cultural e social.

Dentre as características atribuídas à modernidade, pode-se destacar ordem, progresso, verdade, razão, objetividade, emancipação universal, sistemas únicos de leitura da realidade, grandes narrativas, teorias universalistas, fundamentos definitivos de explicação, fronteiras, barreiras, longo prazo, hierarquia, instituições sólidas, poder central, claras distinções entre público e privado.

A partir da 2ª Guerra Mundial, essa pretensa estabilidade do mundo é abalada pelos processos de mudança que deram a esse mesmo mundo suas feições pós-modernas. Dentre algumas dessas feições destacam-se as seguintes: a globalização, as comunicações eletrônicas, a mobilidade, a flexibilidade, a fluidez, a relativização, os pequenos relatos, a fragmentação, as rupturas de fronteiras e barreiras, as fusões, o curto prazo, o imediatismo, a descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo.

Eagleton (1996,p.7) apud Nicolaci-da-Costa (2004) resume alguns dos atributos distintivos dos períodos moderno e pós-moderno de forma bastante eficaz quando diz:

Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. (...) vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou

interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e à coerência de identidades.

4.1 O INDIVIDUALISMO NA PÓS-MODERNIDADE

Segundo Bauman (2004), a marca principal da modernidade seria o individualismo e que este período seria “a época, ou o estilo de vida, em que a colocação em ordem depende do desmantelamento da ordem tradicional herdada e recebida; em que ‘ser’ significa um novo começo permanente” (BAUMAN, 2004, p.20). Representa a tentativa de construir uma nova ordem ou um projeto revolucionário coletivo de substituição da velha ordem, herdada da tradição, por uma nova e melhor. Como afirma o autor, “ser moderno significa estar em movimento” (BAUMAN, 2004, p.92), em uma busca frenética pela construção da identidade.

Na pós-modernidade, pode-se dizer que o indivíduo continua a ser o valor supremo, apesar das manutenções e fissuras entre as sociedades modernas e às pós-modernas. De acordo com Chaves (2004 apud Amorim & Stengel, 2014), o sujeito moderno tinha como ênfase a busca da ordem, a valorização da razão e a tentativa de conciliar as tensões entre as necessidades individuais e as exigências coletivas do Estado. Na modernidade, o sujeito era concebido como sendo racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, que denominamos como o sujeito cartesiano. Era uma concepção de sujeito como tendo uma identidade fixa, estável e coerente. Já o sujeito pós-moderno, pode se perder numa desordem, ou em uma nova ordem, na qual os interesses individuais tendem a suplantar os interesses voltados ao bem-estar coletivo. Cada um estaria voltado para a busca de sensações prazerosas a despeito da organização coletiva. Enquanto a responsabilidade na modernidade refere-se a preocupações de âmbito coletivo, na Pós-modernidade os indivíduos preocupam-se com o seu bem-estar individual, revelando uma indiferença com as questões da sociedade.

Segundo Beck (2011), a pós-modernidade trouxe consigo um processo de individualização social, as pessoas são “libertadas” das formas sociais anteriores como classe, estrato, família, estatuto de gêneros. Essa situação gerou, sobretudo no mundo ocidental, um “impulso social individualizatório”, que por sua vez dissociou as pessoas, por meio da ruptura de continuidade da história e dos condicionamentos ligados à classe e família.

Na pós-modernidade teríamos o sujeito descentrado, deslizando por múltiplas identidades, com uma perda da estabilidade do sentido de si. O sujeito pós-moderno é instado a flexibilizar-se em seu processo identitário, sendo, pois, atravessado por diferentes divisões e antagonismos sociais que resultam em variadas posições de sujeito – identidades fragmentadas, inacabadas, abertas e contraditórias (HALL, 2003). Há também um constante apelo para a inovação, para a experimentação, para a busca de novas sensações, para o imediatismo. Na pós-modernidade a incerteza está sempre presente. A perda de sentido da

noção de Estado e a fragmentação da família geram uma crescente insegurança, configurando um cenário de imprevisibilidade e instabilidade.

A liberdade individual é supervalorizada, sendo entendida como “viver como bem quiser”, ter várias opções e ser livre para escolher (CHAVES, 2004 apud AMORIM & STENGEL, 2014). O indivíduo é responsabilizado pelo seu próprio bem-estar, pela construção de seu projeto de vida, pela satisfação de suas necessidades, pelo planejamento de sua vida. Se, por um lado, esta responsabilização pode garantir uma possibilidade de determinar a própria vida, por outro, requer um esforço e um investimento muito grandes, que nem todos estão dispostos ou são capazes de fazer. Ao mesmo tempo em que parece ter ocorrido um aumento da liberdade individual, esta não é vivida sem angústia, pois há um incremento concomitante da dificuldade de escolher conforme aponta Lasch (1987, p. 29).

Uma sociedade de consumidores define a escolha não como a liberdade de escolher uma linha de ação em vez de outra, mas como a liberdade de escolher todas as coisas simultaneamente. Liberdade de escolha significa deixar suas opções em aberto, resulta na prática de uma abstenção de escolha.

Refletindo sobre estes aspectos, fica claro que a sociedade pós-moderna também é individualista. Dumont (2000) descreve o individualismo como ideologia pertencente à modernidade e que enfatiza a liberdade e a responsabilidade individual. Entretanto, percebe-se que esta definição ainda se encaixa para descrevermos os valores da pós-modernidade. Mas é preciso marcar algumas diferenças existentes entre o individualismo da modernidade com o da pós-modernidade.

Bauman (2004) discorre sobre os mal-estares presentes na vida dos sujeitos modernos e pós-modernos. Enquanto na modernidade havia uma busca pela segurança com um consequente sacrifício das liberdades individuais, na pós-modernidade o que se percebe é o reino soberano da liberdade individual. Tal liberdade deve ser alcançada pelo esforço próprio, tornando-se a referência das normas supraindividuais e a base pela qual todos os outros valores são avaliados.

No entanto, de acordo com o autor, a liberdade não é democraticamente distribuída ou aumentada indiscriminadamente na pós-modernidade. A liberdade é intensificada entre os fortes, entre os que possuem mais recursos materiais e habilidades que possibilitem uma ação efetiva no mundo. Do outro lado, de maneira polarizada, estão os excluídos, despojados de recursos para a construção da identidade, entendendo que tal construção se faz a partir do exercício da liberdade. Entende-se, a partir de Bauman (2004), que um dos aspectos da

construção da identidade dá-se na medida em que se consegue exercer uma ação transformadora no mundo e que tais ações constituem o seu agente. A identidade do sujeito vai sendo constituída na medida em que ele vai realizando suas escolhas e percebendo o resultado delas. A este respeito, diz o autor:

Tornamo-nos conscientes de que a identidade não tem a solidez de uma rocha, não é garantia por toda a vida, é bastante negociável e revogável, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isto – são fatores cruciais para a questão da identidade (BAUMAN, 2004, p. 17).

Portanto, na pós-modernidade a liberdade não é igualmente distribuída, nem todos estão dotados das mesmas condições para a construção e a manutenção da identidade. Além disso, a construção identitária é percebida como uma tarefa a ser realizada permanentemente, ou seja, a identidade possui uma condição frágil e provisória para os indivíduos pós-modernos.

Enquanto na modernidade a identidade era construída gradual e pacientemente em um mundo calcado na manutenção da ordem, na pós-modernidade o que se percebe é que a constituição identitária dá-se sob condições de eterna incerteza. Os sujeitos precisam cultivar a arte de esquecer e memorizar concomitantemente, ou seja, precisam reter e, ao mesmo tempo, esquecer acontecimentos, estímulos e pessoas. O mundo pós-moderno exige uma constante capacidade de adaptação, o que dificulta a construção de uma identidade sólida. Decorre destas condições que grande parte dos distúrbios, que levam os sujeitos para os especialistas psi em busca de ajuda, seria problemas com a identidade como, por exemplo, os transtornos alimentares, os distúrbios narcísicos de personalidade e os transtornos relacionados à drogadição. Vale ressaltar que estes problemas não são inéditos, mas ganham destaque quando os comparamos à modernidade.

O mundo em que a ação humana se inscreve torna-se frágil, os valores que norteiam a vida dos sujeitos desqualificam-se hoje e amanhã voltam a ser importantes. Num mundo em que os produtos disponíveis para consumo são fabricados para a imediata obsolescência, as identidades são adotadas com a mesma rapidez em que são descartadas. É preciso, na vida pós-moderna, ter várias opções em aberto e não deixar que a identidade torne-se fixada. Bauman (2004, p. 35) aponta:

Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma

infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente. Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desimpedido, é o herói popular, estar fixo – ser identificado de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais mal visto.

Na vida pós-moderna aumenta o desejo por querer ser diferente, fato que se percebe por meio da acentuação do que é particular em cada sujeito. Como a liberdade individual é a referência que guia os indivíduos pós-modernos (BAUMAN, 2004), ser igual a todos pode ser sentido como uma perda da liberdade. Portanto, é preciso distinguir-se da maioria, exagerar as particularidades e, igualmente importante, estampar para si mesmo e para os outros as próprias peculiaridades. Exemplo desta atitude talvez seja a adoção de tatuagens que inscrevem no corpo, num nível concreto, algo característico ou incomparável do sujeito. A valorização do que é singular em cada um foi proporcionada pela segunda revolução individualista, que entra como contraponto ao ideal de igualdade presente na ideologia individualista em um primeiro momento, conforme aponta Simmel (2005 [1903]).

Os compromissos estão sendo vistos cada vez mais como algo desagradável, inclusive o compromisso com uma identidade escolhida permanentemente. A aventura de estar sempre em movimento transforma-se numa tarefa cansativa. O desengajamento e o rompimento, longe de reduzir os riscos – como desejam os indivíduos pós-modernos – aumentam difusamente as ansiedades experimentadas. Fazer renúncias para escolher um caminho em detrimento de outros está cada vez mais fora de moda.

O sujeito pós-moderno é um acumulador de sensações. Se o lugar está rotineiro ou sem surpresas, ele parte para outras aventuras que prometem mais excitação. Para tanto, as relações com as pessoas tornam-se superficiais, além de haver uma falta de envolvimento com obrigações de longo prazo. A fuga da prisão que os laços duradouros representam para os sujeitos pós-modernos faz com que nunca se sintam em casa, sempre se sentem deslocados e fora do lugar (BAUMAN, 2004).

Percebe-se que a liberdade articula-se com a individualidade de maneira singular na pós-modernidade. O que se observa é que a individualidade atualmente deve ser preservada e os sujeitos valorizam muito tal preservação. A referência para a manutenção da individualidade é a liberdade, ou seja, os sujeitos percebem que estão preservando sua individualidade nos contextos em que se mantem intactas as possibilidades de escolha. Nas situações em que há a percepção de que algo ou alguém interfere nestas opções, o alerta é acionado e os sujeitos vão à busca da defesa de sua individualidade ameaçada. A palavra de ordem é colocar os limites e não deixar que o outro lhes invada, anulando sua individualidade.

Portanto, além da procura por um refúgio na relação amorosa diante da fluidez do mundo pós-moderno, por exemplo, há uma busca de um refúgio no eu.

A pós-modernidade também pode ser entendida como a era da cultura do narcisismo, que se define por uma sociedade formada por indivíduos extremamente preocupados consigo próprios (LASCH, 1983). Esta imensa auto absorção se traduz na propagação de uma visão terapêutica caracterizada pela busca de “crescimento” pessoal, pelo culto da “expansão” da consciência, pelo monitoramento frequente da saúde. A visão terapêutica aqui mencionada não se refere restritamente ao consumo de terapias ou psicoterapias, sendo composta por um clima que domina toda a cultura e que se manifesta no consumo de livros de autoajuda e de terapias alternativas (as chamadas terapias holística, tais como o reiki, a massoterapia, a meditação e a astrologia), por exemplo. Contudo, os especialistas – médicos, psicólogos, pedagogos – encampam e alimentam a demanda que surge na preocupação excessiva com o eu. A principal hipótese do autor é que a cultura do narcisismo difunde-se na medida em que há um enfraquecimento do sentido do tempo histórico. Este processo se dá com um repúdio ao passado, que representa as tradições, e em uma dificuldade em determinarmos o que acontecerá no futuro.

Em vista disto, torna-se uma obsessão viver para o momento e viver para si e não para os que virão na posteridade. As pessoas desejam o bem-estar pessoal, a segurança psíquica, a saúde. No entanto, esta auto absorção intensa revela uma crescente insegurança perante a complexidade da vida pós-moderna e uma desesperança em tentar entender ou modificar a sociedade, tudo isto mascarado com o nome de crescimento pessoal. Lasch (1983, p. 132) argumenta que

O homem contemporâneo volta-se para novos cultos e terapias, não para libertar-se das obsessões, mas para encontrar sentido e finalidade na vida, encontrar algo pelo que viver, abraçar, precisamente uma obsessão.

O individualismo, descrito pelo autor como narcisismo, tem como características a estimulação de desejos infantis por meio da publicidade, o declínio da autoridade parental pela influencia dos meios de comunicação de massa, da escola e dos discursos dos especialistas; e, a racionalização da vida interior. O indivíduo narcisista possui uma intensa preocupação com a velhice e a morte e uma sensação de vazio interior. Esta sensação produz uma insaciabilidade de experiências emocionais e sensações prazerosas com o objetivo de preencher o vazio.

Essa tendência individualista da cultura, a alta velocidade na qual os desejos humanos podem ser saciados, e as inúmeras possibilidades e potencialidades que lhe são apresentadas por uma cultura multifacetada, plural, globalizada (LIPOVESTKY, 1983, 1989, 2004), também são indicadores e facilitadores de uma tendência à vulnerabilidade dos vínculos conjugais. Portanto, torna-se necessário, aos terapeutas de casais, compreender quais são os valores que esta cultura apresenta e que servem de apoio à construção de um vínculo conjugal duradouro. Bem como, analisar os fatores que têm possibilitado o enfraquecimento dos vínculos, das relações e da sua durabilidade.

4.2 A CONJUGALIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

A família moderna, segundo Roudinesco (2003, p.19), é um modelo de família que se impõe entre o final do século XVIII e meados do século XX. Aqui, de fato, podemos observar o casamento como fruto do amor romântico, sendo este considerado um enlace eterno, não se tendo ainda como possibilidade a separação futura desse casal, caso o amor acabasse, uma vez que o casamento era entendido como um sacramento religioso, além de ser um contrato civil.

Nessa família moderna, “(. . .) a prática do casamento arranjado foi deixada de lado em nome do amor romântico e de um novo conceito da família como refúgio frente ao mundo do comércio e da indústria altamente competitivo e frequentemente brutal.” (Lasch, 1991, p.27).

Na modernidade, a união conjugal tinha um valor precípuo e sua manutenção deveria ser mantida a qualquer preço, conforme a expressão “até que a morte nos separe”. As mulheres deveriam se manter fiéis e dedicadas à criação dos filhos, obedecendo aos maridos, em uma repetição de uma relação de submissão social e econômica. A vida pública era reduto exclusivo dos homens. Os papéis eram claramente marcados e diferenciados. A desigualdade era aceita e reforçada socialmente, se qualquer preocupação com os aspectos afetivos e sexuais da mulher (DINIZ NETO & FÉRES-CARNEIRO, 2005).

Já a família pós-moderna tem seu início a partir dos anos 1960 e, de acordo com Roudinesco (2003) o que uniria o casal, nesse modelo familiar, seria uma busca de realização sexual. Vaitsman (1994, p. 19) ressalta: “o que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normalizador das práticas”.

Observa-se, então, na pós-modernidade uma crise psicossocial e institucional da conjugalidade, que põe em questão as formas mais tradicionais de pensar os relacionamentos e os modos de existir (DINIZ NETO & FÉRES-CARNEIRO, 2005). Segundo os autores, os papéis definidos rompem-se, deixando fluidas as fronteiras entre marido e mulher e filhos. Surge a família igualitária. As relações conjugais tornam-se mais instáveis na busca dessa igualdade e da individualidade submetida a campos de multiplicidade contextual.

A ideia de família tradicional perde gradativo espaço, possibilitando a construção de novas formas de se relacionar com novos valores. Se até algumas décadas, o casamento legal

e indissolúvel era a única forma aceita de legitimar as relações conjugais, sendo praticamente inconcebível pensar família e conjugalidade como distintas, já que o casamento era o único caminho possível para se estruturar uma família, na pós-modernidade uma gama de diferentes formatações acabaram sendo introjetadas e validadas social e culturalmente (VAITSMAN, 1994).

O atual momento social é descrito como uma era cujas mensagens e fenômenos são confusos, fluídos e imprevisíveis. Nesta sociedade pós-moderna, o relacionamento humano configura-se de forma efêmera. Os sentimentos são descartáveis, assim como os relacionamentos, em prol de uma sensação de segurança. Assim, um dos conflitos centrais da atualidade envolve um paradoxo: a fragilidade do laço e o sentimento de insegurança inspiram um conflitante desejo de tornar o laço intenso e, ao mesmo tempo, deixá-lo desprendido.

A liberação de costumes do mundo atual tem possibilitado uma liquidez dos laços sociais, nos quais a comunicação e a vinculação estão fugazes, insipientes e confusas.

Para a grande maioria dos habitantes do líquido mundo moderno, atitudes como cuidar da coesão, apegar-se às regras, agir de acordo com precedentes e manter-se fiel à lógica da continuidade, em vez de flutuar na onda das oportunidades mutáveis e de curta duração, não constituem opções promissoras. (Bauman, 2005, p. 60)

O autor assinala que, no mundo líquido sem a necessidade de homogeneidade conjugal, o indivíduo é o imperativo, isto é, insuflam-se as questões individuais, embora a identidade individual também seja uma construção transitória. Desse modo, segundo Bauman (2004), as relações contemporâneas se fundamentam numa falta de compromisso real, na qual a segurança de uma união sólida, baseada no amor eterno e incorruptível, é preterida em relação à liberdade dos relacionamentos líquidos, adjetivo escolhido pelo autor para nomear as relações atuais, caracterizadas por uma extrema fluidez e precariedade.

De acordo com Neves et al (2013), ficar só ou unir-se a alguém, constituindo um vínculo mais duradouro e estável, parece ter se tornado um dilema na vida dos sujeitos, visto que se vivencia uma cultura marcada pelo individualismo e exaltação das conquistas pessoais, entre elas o sucesso profissional e a realização pessoal. Para isso, há um movimento de engajamento em si mesmo, nos próprios projetos e um adiamento da conjugalidade, ou mesmo um questionamento se esta deve ser ou não vivenciada. Uma vez constituída, os dilemas contemporâneos do individualismo versus conjugalidade passam a permear os casais da pós-modernidade. Por isso, para Féres-Carneiro e Ziviani (2009), um dos desafios da pós-

modernidade para o casal é articular individualidade com conjugalidade, uma vez que a formação e a dissolução da conjugalidade é um processo interacional (FÉRES-CARNEIRO E DINIZ-NETO, 2010).

Giddens (1993) afirma que o compromisso e a história compartilhada devem proporcionar algum tipo de garantia aos parceiros de que a relação será mantida por um período indefinido. No entanto, ele contrapõe esta ideia com o contexto social contemporâneo. Postula que o casamento não é mais considerado como uma “condição natural”, e que a relação é durável enquanto houver satisfação suficiente. Denomina este tipo de relação de “relacionamento puro”, o qual pode ser encerrado a qualquer momento por um dos parceiros. Assim como Bauman denomina a fugacidade do amor contemporâneo de “amor líquido”, Giddens a denomina de “amor confluyente”, que se caracteriza pela finitude do laço, no momento em que este deixa de ser vantajoso para um dos parceiros, e que presume igualdade na doação e no recebimento emocional.

Portanto, hoje, podemos falar que o tipo de união existente é a união vista como temporária, na qual o casal busca uma satisfação no relacionamento, mas que, ao menor sinal de insatisfação, esse pacto conjugal pode ser quebrado.

Esse cenário propicia a fragilização dos vínculos humanos, aspecto que está inter-relacionado à crise do casal como instituição na atualidade. Neste aspecto, Goldenberg (2010) traz reflexões que denotam que na atualidade a fragilização dos vínculos chegou a um ponto em que os corpos tornaram-se um mero valor, um capital de consumo. Isso se caracteriza pelo fato de que as pessoas que não possuem o corpo idealizado pela cultura vigente acabam por se tornarem “invisíveis”, excluindo-se do que a autora chama de mercado matrimonial e mercado sexual.

Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2010) preconizam a necessidade de compreensão das problemáticas do casal, apontando as tensões da individualidade e da conjugalidade como forças paradoxais presentes na vivência do casal no contexto pós-moderno. É uma relação que demanda intenso investimento afetivo e temporal por parte dos cônjuges, contudo a presença de características individualistas no casamento, cada vez mais fortes, implica que esses aspectos sejam vivenciados pelo casal pós-moderno sob novas formas, que se refletem no aumento das expectativas e na idealização extremada que provocam tensões e conflitos.

Deste modo, os autores Gomes e Paiva (2003) apontam que, a fim de se compreender a vivência da conjugalidade, há de se privilegiar uma visão distanciada do modelo institucional de casamento, considerando que o casamento na atualidade está ligado a noções de mutabilidade, transformação e flexibilidade em relação ao novo e ao diferente. Trata-se de

uma percepção paradoxal, com a constatação de inúmeras possibilidades de relações conjugais, que incluem o casamento, separação, recasamento, uniões homoafetivas, dentre outras.

Essas reflexões, segundo Rolim e Wendling (2013), possibilitam descrever o casamento como um ato dramático no qual dois estranhos, portadores de um passado individual diferente, se encontram e se redefinem. Isso traz à tona algumas tarefas da conjugalidade, que na pós-modernidade têm sido vivenciadas cada vez mais com mutabilidade e rapidez. Os sujeitos têm que enfrentar os dissabores e tensões de uma vida em comum, abrir mão da liberdade individual, além de se engajar na busca pelo sucesso profissional e pela realização pessoal.

Contudo, segundo Lipovetsky (2004), embora as relações possam estar mais fragilizadas, ainda há na pós-modernidade uma persistência no casamento, assim como a valorização da fidelidade e o desejo de manutenção de relações estáveis na vida amorosa. Entretanto, o desejo por relações duradouras não necessariamente significa o modelo baseado no dos casamentos nos moldes tradicionais (civil e religioso).

Lipovetsky (2004) afirma ainda que na pós-modernidade fica diminuída a preocupação com a hierarquia das relações, que estão mais horizontalizadas, tendo como consequência a multiplicidade de possibilidades, opções e ideais. No que diz respeito à conjugalidade, observa-se o fenômeno nos múltiplos arranjos conjugais, nas diversas formas de se vivenciar um relacionamento. Pode-se, na atualidade, falar em famílias recompostas, homoafetivas, monoparentais, ou seja, dadas as novas configurações conjugais e familiares, o que se observa em relação à conjugalidade é o quanto esta ainda é desejada e pode ser vivenciada sob diversos formatos.

Segundo Walsh (2002), na atualidade fica mais evidente o contrato metafórico que os casais fazem no início da relação, determinando não apenas se haverá ou não o casamento, mas especialmente estabelecendo regras da própria relação. Papéis e regras são construídos num processo circular e de influência recíproca, a partir dos sistemas de crenças e das expectativas de cada membro do casal. Além disso, esses papéis e regras são estruturados a partir das experiências nas famílias de origem, bem como em outras experiências matrimoniais. Ainda de acordo com o autor, é a partir daí que se estabelece o pacto conjugal, uma área fundamental do vínculo que se coloca entre a declaração do compromisso (pacto expresso) e a presença de uma dimensão desconhecida, o pacto secreto, que diz respeito ao passado (relações familiares, relações internalizadas, relações sociais) e ao presente-futuro.

No passado, o pacto conjugal esteve subordinado à vontade das famílias de origem e às relações de poder. Na pós-modernidade, ele está imerso numa pluralidade de modelos. E é nesse contexto que a harmonização entre pacto expresso e pacto secreto se torna uma tarefa mais complexa pra os casais, e onde as dicotomias se inserem mais ativamente na vivência da conjugalidade. Como resultado, observa-se, portanto, que o fenômeno da dissolução dos casamentos se torna cada vez mais frequente.

Conforme Zordan (2010), a vida conjugal envolve tarefas, responsabilidades e compromissos que muitas vezes suscitam divergências, conflitos que os envolvidos não conseguem superar ou até mesmo não querem superar. Se o casamento implica a construção de uma nova identidade para os cônjuges, o processo de separação, divórcio e redivórcio, por sua vez, implicam a desconstrução dessa nova identidade, levando os cônjuges a uma redefinição (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Não sem razão, o processo de dissolução da conjugalidade, cada vez mais comum na pós-modernidade, tem sido uma das principais demandas de procura de terapia de casal no contexto clínico.

5. TERAPIA DE CASAL NA PÓS-MODERNIDADE: UM CASO CLÍNICO.

A problemática da psicoterapia na pós-modernidade não é um tema novo na psicologia (SUNDFELD, 2000). Contudo, o tema permanece atual, na medida em que a pós-modernidade oferece tantos enigmas quanto a psicoterapia. Como o processo psicoterapêutico se estabelece sob a configuração das relações sociais vigentes e pressupõe a problemática da influência de um ser humano sobre o outro com a finalidade de minimizar o sofrimento psíquico, quando estas duas questões são problematizadas em conjunto, o que surge é um campo complexo de estudo, que não pode ser definitivamente esgotado.

É importante destacar que a psicoterapia acompanha, obrigatoriamente, uma certa concepção de sujeito; portanto, ao se falar de um sujeito pós-moderno, que se rege por este contexto, necessariamente se fala de uma subjetividade com características que diferem substancialmente daquela oriunda da modernidade ou de outro período histórico. Além disso, a psicoterapia, no contexto pós-moderno, tem por função auxiliar o indivíduo neste contexto, ou seja, deve obrigatoriamente se defrontar com o contexto pós-moderno para que seja minimamente eficiente em sua finalidade.

Segundo Ferreira (2005), a pós-modernidade gera um sujeito multifacetado, ou múltiplos sujeitos, que a clínica, por sua vez, deve dar conta; a clínica, ao lidar com vários sujeitos, devolve à pós-modernidade um sujeito mais complexo, visto que assim ele deve ser para poder lidar com tamanha quantidade de pontos de vista.

De acordo com Féres-Carneiro e Dinis Neto (2005), para os psicoterapeutas pós-modernos, é por meio da manifestação narrativa que os sujeitos contam, a si mesmos e aos outros, quem são, de modo que as histórias vão se incorporando umas às outras. Assim, o desafio terapêutico consiste em auxiliar as pessoas a recontarem as histórias de suas vidas de maneira que lhes permita uma compreensão de sua origem, de seu significado e de suas atuais dificuldades, de tal forma que a mudança se torne narrativamente concebível, alcançável e crível.

Segundo Palma (2008 apud Neves, 2011), a identidade das pessoas é construída através de conexões sociais, podendo ser negociada em seus contextos e comunidades de pertencimento. Por isso, é importante que se saiba reconhecer o efeito negativo das crenças que se sustentam ao longo das vidas das pessoas, já que muitas delas são resultados da

bagagem cultural que se absorve. Nesse sentido, o enfoque narrativo tem o efeito de buscar extrair ou externalizar esses problemas e crenças.

De acordo com Neves (2011), na abordagem narrativa se entende que a construção da existência se dá sobre a base de uma estrutura narrativa articulada com os contextos e produção de significações e sentidos. O ser humano organiza seu conhecimento de modo narrativo, constrói e interpreta a realidade que o rodeia como uma forma de representar e reproduzir dramaticamente os acontecimentos. Como não recriam literalmente a experiência, as histórias que contam acerca das suas vidas podem ser radicalmente transformadas, o que faz com que deixem de fazer sentido a depender das circunstâncias.

Este poder transformativo das narrativas se desenvolve a partir da capacidade do sujeito de re-narrar os acontecimentos de sua vida, atribuindo a eles novos significados. Para Fonte (2006), cada indivíduo transporta consigo um estoque de significados acumulados ao longo da sua história pessoal e social. A depender da estrutura narrativa que desenvolve, constrói significações para experiências passadas e planeja proativamente experiências futuras. Cada sujeito pensa, fantasia, compreende e faz escolhas a partir disso.

A terapia narrativa sempre envolve a mudança de significados e o relato de histórias, mas, os modos como isto ocorre, diferem enormemente, dependendo das pessoas envolvidas. Há uma grande variedade de modos como as histórias podem ser contadas e mudadas; as pessoas tentam se fazer entender de muitas maneiras e o papel dos terapeutas é o de se engajar nas experiências e significados das pessoas que os consultam, seja qual for o modo de expressão destes significados.

Desse modo, a terapia narrativa busca ser uma abordagem respeitosa que centra as pessoas como especialistas em suas próprias vidas. Morgan (2007) considera que a terapia narrativa refere-se a formas peculiares de se compreender as identidades das pessoas, seus problemas e os respectivos efeitos disso na vida delas; formas singulares de conversar com as pessoas sobre suas vidas e os problemas pelos quais estão passando e, ainda, formas particulares de compreender as relações terapêuticas, a ética ou a política da terapia.

Como define Michael White (1989 apud Carrijo e Rasera, 2010), a terapia narrativa fala sobre opções para contar e recontar e para o desenvolvimento e re-desenvolvimento das histórias favoritas das vidas das pessoas; retribuir os eventos únicos, contraditórios, contingentes e, às vezes, aberrantes das vidas das pessoas, significantes como presentes

alternativos; um re-engajamento e uma produção da história dos presentes alternativos das vidas das pessoas; uma exploração dos conhecimentos e habilidades alternativos que informam estas expressões, e a identificação da história e localização cultural destes conhecimentos – muitas vezes os conhecimentos subordinados de habilidades da cultura; descrição rica na qual a história alternativa do presente das pessoas é ligada com as histórias alternativas de seu passado – uma ligação das histórias através dos tempos; ligação de histórias entre vidas, de acordo com temas compartilhados que falam de compromissos em comum e uma descrição rica dos contextos para as atividades de contar e recontar e recontar o já recontado.

O autor ainda destaca que a vida é multi-historiada e as pessoas compartilham histórias de suas vidas sob o ponto de vista de uma história dominante/ oficial, que se configura pelas experiências vividas, qualificando e constituindo o sujeito e, na qual as outras ficam à sombra, caracterizadas como histórias subordinadas/secundárias, formadas por uma variedade de alternativas narrativas incluindo as experiências negligenciadas pela história dominante.

Portanto, segundo Palma (2008 apud Neves, 2011), o terapeuta pós-moderno numa abordagem narrativa está interessado em procurar, criar nas conversas, histórias de identidade que irão ajudar as pessoas a se libertarem da influência dos problemas que estão enfrentando. Essa busca pelas histórias subordinadas alternativas através das práticas narrativas permite a entrada do sujeito em outros territórios da sua identidade, explorando recursos, habilidades e capacidades até o momento ocultas e esquecidas.

Então para que se pudesse compreender e analisar o comportamento de um casal na pós-modernidade e os reflexos desse comportamento na dinâmica do mesmo, escolheu-se um casal atendido na modalidade clínica-escola do Familiare Instituto Sistêmico, na perspectiva da terapia narrativa.

O casal, C.E. (34 anos) e B. (36 anos), entrou em contato com a clínica-escola do instituto em junho de 2014 e solicitou atendimento. O primeiro contato foi feito por meio de uma entrevista de triagem a fim de investigar a queixa do casal.

Nessa entrevista ficou explícito que se tratava de um casal cuja queixa se centrava nas dificuldades de interação, tanto no que diz respeito às questões sexuais quanto emocionais. Além da falta de habilidade para lidar com o estresse. Eles alegavam que a falta de tempo e as pressões do trabalho tinham afetado a relação de toda a família, incluindo suas filhas de seis e dois anos. O que mais lhes mobilizava era a sensação de cansaço e esgotamento, o que gerava

dificuldades em responder às necessidades do parceiro. Apesar de dividirem as tarefas domésticas, ambos se ressentiam da falta de tempo para seus projetos individuais.

Desse modo, o objetivo do processo terapêutico do casal em questão era a reflexão sobre a sua interação, discriminando as dificuldades específicas que eles estavam vivenciando, de modo a melhorar a comunicação; entender as necessidades do outro; negociar e equilibrar as diferenças individuais dentro da relação e desenvolver estratégias para manter e fortalecer o relacionamento.

B. é filha mais velha, tem dois irmãos homens. Sempre desempenhou o papel de cuidadora do irmão mais novo, uma vez que este nasceu durante grave crise do casamento dos pais e sua mãe passou por uma depressão pós-parto. Ela se define como uma pessoa muito rígida, que tem necessidade de ter tudo sob seu controle. É funcionária pública em regime de 08 horas diárias, cumprindo geralmente o horário das 12:30h às 20:30h, o que, segundo ela, lhe possibilita organizar a rotina das filhas no período da manhã e deixá-las na escola. As duas filhas estudam em período integral. Sua rotina é extenuante, pois além do trabalho, precisa realizar tarefas domésticas, uma vez que a família conta apenas com uma diarista uma vez por semana.

B. relata uma frustração com a dificuldade de reservar um tempo para si na rígida rotina familiar e profissional. *“Não consigo fazer exercícios físicos, nem na academia do prédio, nem voltar a fazer yoga, nem sair com as amigas, nem ter um encontro romântico com meu marido. Todas as noites temos tarefas da casa para fazer e ainda precisamos brincar com as meninas, ler para elas. Tudo parece interminável”*

Segundo B., outro aspecto da relação conjugal que estava muito comprometido era a relação afetivo-sexual do casal. Da sua parte, além de não haver desejo, havia o cansaço. Isso desencadeava brigas, distanciamento e pouca disponibilidade para o diálogo. Ela não conseguia falar sobre o que estava sentindo e achava que o marido deveria compreender seu silêncio.

C.E. é o filho mais velho, tem uma irmã. Ele é considerado pela família de origem como muito inteligente, esforçado e generoso. Ao falar de si, C.E. relata que sofreu na infância e na adolescência por ser considerado *“nerd”*, mas que isso foi fundamental para torná-lo resiliente frente às adversidades. É funcionário de uma empresa pública em regime de 08 horas diárias e professor contratado de uma universidade privada (dá aulas 1 vez por semana no período noturno). Define-se como exigente, tanto no trabalho quanto na família. *“Eu me considero uma pessoa muito justa, eu brigo pelos meus funcionários, eu gosto de delegar, mas eu preciso ver que a pessoa está interessada em aprender. Em casa, eu sou*

assim também, eu converso com as meninas, explico, mas também exijo que façam a parte delas. Com a B., eu divido as tarefas domésticas, sou quem cozinho lá em casa”.

C.E. se considera muito voltado para a família, relata que se preocupa muito com o bem-estar de todos, filhas e esposa, não somente sob o ponto de vista financeiro, mas também emocional.

C.E. também relata que as pressões do trabalho e o estresse com a falta de tempo para se dedicar aos seus projetos individuais (tem como hobby a fotografia) desencadeiam discussões entre o casal, que refletem na interação sexual. Além disso, ele assume a sua dificuldade de explicitar os seus sentimentos, até mesmo de nomeá-los.

Outro ponto que ambos destacam era o fato de que as mudanças que eles percebiam um no outro, ao longo dos anos, eram um desafio por vezes difícil de assimilar. C.E. : *“Você fica querendo que a relação não mude, que a pessoa não mude. Onde foi parar aquela B. alegre, engraçada ?”* B.: *“Eu penso nisso todo dia, eu quero ser paparicada como antes, provocada, desejada.”*

Outro aspecto significativo que aparece no discurso do casal é a valorização de uma vida simples, *“ser é mais importante do que ter”*, mas ao mesmo tempo, de forma ambivalente, uma fala que traduz uma expectativa social contemporânea da importância de se obter sucesso e reconhecimento: *“parece que a gente sempre tem que estar correndo atrás de alguma coisa melhor, se não, não está bom”*.

A partir dessas narrativas, buscou-se durante o processo terapêutico a construção de uma nova história e de um novo presente que pudesse ser mais tolerável, coerente e contínuo. A mudança passou a centrar-se mais no novo devir, que pressupõe o casal em relações menos estressantes e mais satisfatórias desde o ponto de vista do casal. Ademais, o resultado que se esperava desse tipo de abordagem era de uma mudança das autonarrativas dos *selves*, e como consequência uma transformação dos agentes e da interação, ou seja, dos *selves* e do contexto.

À medida que o processo terapêutico avançava, o casal passou a se permitir olhar para as suas inseguranças, idealizações, semelhanças, diferenças, tolerâncias, intolerâncias, emoções, sentimentos, comportamentos, atitudes, comunicações, enfim criando uma nova alquimia que permitisse *“ser dois sendo um”* e *“ser um sendo dois”*.

5.1 DISCUSSÃO

Muitos são os desafios para a manutenção do vínculo conjugal e várias estratégias são adotadas para a vida a dois. É por meio da convivência que os casais buscam a satisfação e a qualidade na relação. Cada cônjuge, ao se engajar na relação a dois, experimenta uma reconstrução de sua identidade conjugal, a qual contemplaria trocas verbais e não verbais que regem suas ações (FÉRES-CARNEIRO E DINIZ-NETO, 2010). É importante que ambos possam reconhecer que um projeto de casal implica sempre uma construção conjugal.

O casal apresentado vivencia as demandas afetivas e sociais do momento contemporâneo. Pode-se destacar, particularmente, o conflito individualismo versus conjugalidade, pois parece que vivenciar um deles implica a anulação do outro. No caso de C.E. e B.: ambos parecem se anular, pois não há como dedicar-se a si mesmo, apenas à família; mas também estão imersos nas exigências sociais através do vínculo conjugal.

No contexto da pós-modernidade percebe-se uma ênfase crescente em aspectos como a liberdade individual, a fruição imediata do prazer, a vivência da novidade, a possibilidade de viver sem depender do outro, bem como a instalação de uma sociedade flexível com amplas opções de bens de consumo e estilos de vida (CHAVES, 2004 apud AMORIM & STENGEL, 2014). A tentativa de dissociar prazer de compromisso, este último sendo visto como sinônimo de aprisionamento, revela a fragilidade dos laços amorosos. A conciliação da individualidade com a conjugalidade torna-se problemática. Por outro lado, a relação amorosa investe-se de um valor especial, como um refúgio ou um mundo à parte, consistindo numa proteção perante a insegurança vivida no ambiente público, um abrigo contra a fragilidade (BAUMAN, 2004).

O casal é confrontado o tempo todo com forças paradoxais. Se por um lado, há a importância da individualidade, da autonomia e do crescimento e desenvolvimento de cada um, por outro lado há a necessidade de criar uma realidade comum do casal, com desejos e projetos comuns. Segundo Levandowski et al (2009), quanto maior a busca pela autonomia e crescimento, mais o casamento pode se fragilizar. Mas, ao mesmo tempo quanto maior a valorização e o investimento na conjugalidade, mais prejuízos podem ocorrer nos projetos individuais.

Esse foi um dos aspectos primordiais do processo terapêutico, a busca pelo espaço pessoal e pela individualidade associada à conjugalidade, estabelecendo um equilíbrio entre o

eu/tu/nós. Como apontam Féres-Carneiro e Diniz-Neto (2010), todo fascínio e toda a dificuldade em ser casal se encontra em formar uma dinâmica de duas individualidades em uma conjugalidade.

Outro desafio enfrentado por C.E. e B. está relacionado à satisfação conjugal, no que diz respeito às expectativas e às aspirações de cada um em relação aos fatores que propiciam intimidade no relacionamento. Segundo Norgren et al (2004 apud Oliveira, 2012), esses fatores seriam: necessidades pessoais e desejos satisfeitos, sensações e sentimentos de bem-estar, contentamento, segurança, companheirismo e afeição.

De acordo com Vieira e Stengel (2012), o anseio por liberdade na pós-modernidade vem acompanhado por uma crescente necessidade de segurança. A ambiguidade dos sujeitos pós-modernos reside no fato de as possibilidades de enraizamento serem vistas como opressoras e, ao mesmo tempo, serem buscadas pelos indivíduos. Diante de um mundo visto como cada vez mais difícil de interpretar e, conseqüentemente de agir sobre ele, os pós-modernos desejam âncoras, como uma relação amorosa. No entanto, quando se enraízam, ressentem-se das outras possibilidades perdidas, da prisão sentida na rotina do relacionamento.

Por fim, a redução do tempo disponível e as questões econômicas também foram temas constantes nas sessões, apontados como geradores de dificuldades no relacionamento do casal. A divisão de tarefas diárias e os cuidados da casa e das filhas são fontes de conflitos, uma vez que ambos os cônjuges trabalham.

Segundo Vieira e Stengel (2012), um dos temas mais frequentes na contabilidade conjugal são as discussões acerca dos afazeres domésticos. Geralmente são conversas repletas de queixas e acusações mútuas. A rotina aparece como um fator estabilizador para o casal, funcionando através da repetição das expectativas e suposições, ordenando a realidade e tornando-a previsível para o casal. Mas, também, pode se tornar fonte de discórdia, enfraquecer a relação conjugal e limitar a liberdade dos parceiros. A referida estabilidade pode também dar aos parceiros amorosos uma sensação de monotonia, aspecto que colide de frente com os ideais pós-modernos, como a vivência de emoções exacerbadas, das sensações e do hedonismo. Conflitos e tensões surgem na tentativa de viver um amor “sensacional” e que proporcione segurança ao mesmo tempo. Costa (1998) aponta que o amor ocidental tenta combinar escape sexual, amizade afeiçoada e funções familiares procriativas num único relacionamento: “[...] e a ternura, o mistério e a excitação devem coexistir com os cuidados da

casa, problemas da educação das crianças e a rotina de quinze mil noites juntos” (COSTA, 1998, p. 148).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a cultura pós-moderna lida com uma transformação significativa na vida conjugal, a inversão de um nós para um eu. Se no período moderno os laços eram guiados por escolhas familiares, hoje se converte às escolhas afetivas, e agora os vínculos necessitam aprender a lidar com a fluidez e a inconstância dos sentimentos humanos.

Segundo Lipovetsky (2004), a pós-modernidade concentra seu foco no aqui e no agora, momento em que as necessidades individuais passam a ser respondidas em velocidades cada vez mais rápidas, no qual tempo de esforço, cuidado e trabalho são trocados por imediatismos e satisfação em curto prazo. É nesse cenário que permanece o constante questionamento de como é possível a construção de um vínculo duradouro frente ao fato de que as relações não são sempre prazerosas.

A conjugalidade é um processo de enfrentar a si, ao outro e aprender a lidar com familiares e com o mundo, portanto uma tarefa árdua para uma cultura do consumo. Na relação conjugal, o choque entre os parceiros é inevitável, é nesse ambiente que o indivíduo sente-se amado ou rejeitado, e que necessita aprender a lidar com a forma particular do outro e de si. Assim, para que um relacionamento seja satisfatório é preciso investir constantemente na relação, empenhando-se para que ele seja harmonioso para os dois, tentando encontrar equilíbrio entre conjugalidade e individualidade, partilhando interesses e relacionamento afetivo-sexual, buscando um jogo contínuo de complementariedade (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Na sociedade pós-moderna, portanto, os casais são convocados a inventar estratégias existenciais para atribuir significados para práticas sociais e conviver simultaneamente com paradigmas distintos – amor romântico versus amor líquido; individualidade versus conjugalidade. Os desafios colocam-se e nem todos são capazes de lidar com tal complexidade. As crises, dúvidas e ansiedades decorrentes, muitas vezes são endereçadas aos especialistas na tentativa de os sujeitos alcançarem algumas respostas e alguma sensação de segurança num mundo de fluidez.

É neste sentido que a terapia de casal possibilita o intercâmbio, o diálogo e a conversação. Sendo que a terapia numa abordagem narrativa, como no caso relatado neste trabalho, é um processo conversacional. Pois, segundo Goolishian e Anderson (1996 apud Féres-Carneiro e Diniz Neto, 2005), para a visão pós-moderna não somos mais que co-autores

das identidades que construímos narrativamente. Somos sempre tanto si mesmos potenciais quanto aqueles que estão contidos nas conversações dos narradores.

Desse modo, a terapia irá permitir a narrativa de uma nova história, de um novo presente que seja mais tolerável, coerente e contínuo, do que aquele que as narrativas anteriores permitiam. Além disso, a terapia oferece ao casal novas possibilidades de perceber o mundo e de transformar seus padrões relacionais, possibilitando aos cônjuges uma nova forma de relacionar-se com o outro. Uma vez que novas narrativas são necessárias para a construção das novas formas da conjugalidade.

Por fim, cabe destacar a importância de investigações sobre essa temática no momento atual, tendo em vista as intensas e contínuas mudanças sociais impingidas pela pós-modernidade, que tem fomentado o imediatismo e o consumismo até mesmo nas relações pessoais. Além disso, compreender a conjugalidade no contexto atual pode propiciar a construção e a qualificação de intervenções terapêuticas em maior consonância com as novas formas de experienciar a conjugalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, A. N. de; STENGEL, M. Relações customizadas e o ideário de amor na contemporaneidade. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal , v. 19, n. 3, p. 179-188, set. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2014000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2014.

AGUIAR, F. Método Clínico: Método Clínico? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre , v. 14, n. 3, p. 609-616, 2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722001000300016&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 18 nov. 2014.

BAUMAN, Z. *Amor líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED, 2004.

BAUMAN, Z. *O Mal--Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECK, U. *Sociedade de risco*. São Paulo: Editora 34, 2011.

CARRIJO, R. S.; RASERA, E. F. Mudança em psicoterapia de grupo: reflexões a partir da terapia narrativa. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro , v. 22, n. 1, p. 125-140, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr 2015.

COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.

DINIZ, M. O método clínico e sua utilização na pesquisa. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 10, n. 120, mai. 2011. Disponível em:<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/13029>> Acesso em: 18 nov. 2014.

DINIZ NETO, O.; FERES-CARNEIRO, T. Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. *Estudos em Psicologia (Campinas)*, Campinas , v. 22, n. 2, p. 133-141, ju. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar 2014.

DUMONT, L. *O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

FERES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 269-278, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T., ZIVIANI, C. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: Féres-Carneiro (Org). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FERREIRA, V. R. T. Psicoterapia e Pós-Modernidade: Problemáticas da Subjetividade e da Psicologia Clínica no Contemporâneo. *Revista de Psicologia da UnC, Mafra*, vol. 2, n. 2, p. 128-133, jun. 2005. Disponível em: <www.nead.uncnet.br/revista/psicologia>. Acesso em: 20 jan 2015.

FONTE, C. A.. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 8, n. 2, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr 2015.

GIDDENS, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. *A transformação da Intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GOLDENBERG, M. O corpo como capital: gênero, casamento e envelhecimento na cultura brasileira. Disponível em: <<http://www2.cetiqt.senai.br/ead/redige/index.php/redige/article/view/42/123>> Acesso em: 20 set. 2014.

GOMES, I. C.; PAIVA, M. L. de S. C. Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding?. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. spe, p. 3-9, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2014.

HALL, S. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2003.

KUMAR, K. *Da Sociedade Pos--Industrial à Pos--Moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

LASCH, C. *A Cultura Do Narcisismo: A vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, C. *O Mínimo Eu: Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração: A família-santuário ou instituição sitiada?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEVANDOWSKI, D. C.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. de C. S. Individualidade e conjugalidade na relação de casal de adolescentes. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, p. 679-687, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000400008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul 2014.

LINO, M. V. A contemporaneidade e seu impacto nas relações familiares. *Revista IGT na Rede*, v. 6, n. 10, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs/INSS1807-2526>> Acesso em: 12 mar. 2014.

LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'água, 1983.

LIPOVETSKY, G. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MORGAN, A. **O que é terapia narrativa?** Uma introdução de fácil leitura. Porto Alegre: Centro de Estudos e Práticas Narrativas, 2007.

NEVES, S. D. Terapia narrativa: o lado quase literário da psicoterapia sistêmica de casal. (Trabalho apresentado como parte dos requisitos para conclusão do curso de Especialização em Terapia Sistêmica de Casal e Família, CEFAC – CENTRO DE ESTUDOS DA FAMÍLIA E DO CASAL, Salvador, BA). Disponível em: <www.cefacbahia.org.br/pag_internas/publicacoes/.../tcc_sd101211.pdf>. Acesso em: 20 abr 2015.

NEVES, A. S.; DIAS, A. S. F.; PARAVIDINI, J. L. L. A psicodinâmica conjugal e a contemporaneidade. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 73-87, June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mar 2014.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. A passagem interna da modernidade para a pós-modernidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília , v. 24, n. 1, p. 82-93, mar. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 mar 2014.

OLIVEIRA, D. S. *Conjugalidade e a União de Duas Histórias de Vida: Uma Discussão Ilustrada a Partir do Filme “A História de Nós Dois”*. *Interação Psicológica, Paraná*, v. 16, n. 1, p. 125-133, 2012. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/issue/view/1461>>. Acesso em: 20 jan 2015

ROLIM, K. I.; WENDLING, M. I. A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro , v. 25, n. 2, p. 165-180, June 2013 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652013000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mar. 2014.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro , v. 11, n. 2, p. 577-591, Oct. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jul 2014.

SINGLY, F. *Uns com os outros: quando o individualismo cria laços*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SIQUEIRA, H. S. G. A globalização sob a ótica da acumulação flexível. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 22, Edição Especial – Ciências Sociais, ago. 2009. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/856/592>> Acesso em: 4 ago. 2014.

SUNDFELD, A. C. Abordagem integrativa: reterritorialização do saber clínico?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília , v. 16, n. 3, p. 251-257, dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 jan 2015.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VIEIRA, E. D.; STENGEL, M. *Individualismo, liberdade e insegurança na Pós-modernidade. ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, Campos dos Goytacazes da Universidade Federal Fluminense, v. 2, n. 2, p. 345-357, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/740>>. Acesso em: 20 jan 2015.

WALSH, F. Casais saudáveis e casais disfuncionais: Qual a diferença? In: ANDOLFI, M.(Ed.). *A crise do casal: Uma perspectiva sistêmico-relacional*. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 13-28.

ZORDAN, E. P. A separação conjugal na contemporaneidade: motivos, circunstâncias e contextos. (Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS). Disponível em:< <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/4828>>. Acesso em: 10 jul 2014.